

**COMISSÃO ESPECIAL SOBRE O PLANO NACIONAL DE
EDUCAÇÃO – DECÊNIO 2024-2034 (PL 2614/24)**

Aprova o Plano Nacional de
Educação para o decênio
2024-2034.

EMENDA MODIFICATIVA Nº _____, DE 2025

Art. 1º Dá-se a seguinte redação à Estratégia 2.9 do Anexo da
propositura em epígrafe:

"
.....

Estratégia 2.9. Incentivar o fortalecimento da relação entre escola e
família, em especial a participação dos pais ou responsáveis no
processo de aprendizagem e desenvolvimento integral das crianças,
inclusive por meio de iniciativas de apoio ao exercício da
parentalidade." (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Programas de apoio ao exercício da parentalidade podem
potencializar o fortalecimento entre a família e a escola. Esse tema
tem sido, cada vez mais, objeto de atenção no debate sobre políticas
públicas. No documento *Implementation of the objectives of the
International Year of the Family and its follow-up processes*, do
Secretário Geral da ONU (2021), declara-se que "educação da
parentalidade é um investimento na família e no bem-estar infantil,
oferecendo acesso a apoio tanto do ponto de vista de recursos como
social. [Ele] foca no desenvolvimento infantil e reforça a importância
de relações intrafamiliares fortes"¹, em tradução livre. No parágrafo
75 do referido documento, destaca-se (grifos nossos):

1 *Parenting education is an investment in family and children's well-being, offering
access to both resources and social supports. It focuses on child development and
affirms the importance of close intrafamilial relationships.* **Implementation of the
objectives of the International Year of the Family and its follow-up
processes**, documento do Secretário Geral da ONU - A/77/61-E/2022/4. 22 de
novembro de 2021. Disponível em:
<[https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n21/350/40/pdf/n2135040.pdf?
token=D0e2jfHM2DdNPYWu6p&fe=true](https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n21/350/40/pdf/n2135040.pdf?token=D0e2jfHM2DdNPYWu6p&fe=true)>



"Em termos gerais, porém, **a educação parental**, apesar da sua importância, **ainda não foi aplicada ou implantada como estratégia de apoio à família**. Tal como evidenciado pela investigação, a educação parental pode ser adotada de forma mais ampla nas decisões políticas. Pode dar resposta às necessidades das famílias, especialmente no contexto do **bem-estar, da aprendizagem e da educação das crianças, da saúde e da saúde mental e da igualdade de gênero**, contribuindo assim para a consecução de metas relevantes no âmbito de vários Objetivos de Desenvolvimento Sustentável."²

Por fim o documento recomenda, no parágrafo 81 (tradução livre, grifos nossos)³:

(c) **Investir na educação parental**, inclusive através do uso de tecnologia, como uma estratégia preventiva valiosa para **reduzir a negligência infantil e apoiar desenvolvimento das crianças**, isoladamente ou como um componente de uma estratégia mais ampla de políticas e programas;

Além disso, é amplamente documentada a relevância de programas de desenvolvimento da parentalidade para prevenir abusos e negligência infantil. Por exemplo, o UNICEF, em conjunto com a Organização Mundial da Saúde (OMS), lançou um *policy call* intitulado *Universal parenting support to prevent abuse and neglect*⁴, em que se recomendam programas e intervenções para o desenvolvimento da parentalidade (baseadas em evidências) como medidas escaláveis e baratas para apoiar mães, pais e cuidadores e prevenir abusos e negligências contra as crianças. **Os custos são baixos: para escalar esses programas em nível nacional, estimam-se os mesmos custos de uma campanha de vacinação. Os resultados são significativos: é avaliada uma redução global de 10% nos gastos para combater os efeitos adversos de casos de violência na vida das crianças.**

O desenvolvimento da parentalidade na legislação brasileira

O tema já está presente na legislação brasileira.

2 Idem

3 Ibidem

4 Disponível em <<https://www.unicef.org/documents/universal-parenting-support-prevent-abuse-and-neglect>>



1. O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê, em seu art. 70A, XII:
XII - a promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana, bem como de programas de fortalecimento da parentalidade positiva, da educação sem castigos físicos e de ações de prevenção e enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente;
2. A Lei 14.826, de 20 de março de 2024, apelidada da Lei da Parentalidade Positiva, *institui a parentalidade positiva e o direito ao brincar como estratégias intersetoriais de prevenção à violência contra crianças; e altera a Lei nº 14.344, de 24 de maio de 2022.*

Incluir no Plano Nacional de Educação iniciativas voltadas ao desenvolvimento da parentalidade, reforçará a importância do tema, bem como, contribuirá para efetivação de políticas públicas implementadas em larga escala, condição indispensável para que as referidas disposições legais sejam efetivas.

Sala das Comissões, de de 2025

Deputado Diego Garcia

REPUBLICANOS/PR

